

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 02/2018

Procurador

Confira se este Caderno destina-se ao Cargo para o qual você está inscrito.

Após a autorização do Fiscal, confira se este Caderno contém 100 (cem) questões numeradas de 01 a 100.

INSTRUÇÕES

1 Você recebeu 1 (um) Cartão-Resposta. Confira seu nome, número de inscrição e cargo para o qual você está inscrito e **assine**, à caneta, **APENAS NO LOCAL DETERMINADO**.
TENHA MUITO CUIDADO COM A FOLHA DE RESPOSTA, POIS NÃO SERÁ FORNECIDA UMA 2ª VIA.

2 VOCÊ RECEBEU A PROVA “B”. MARQUE NA FOLHA DE RESPOSTA CONFORME A IMAGEM ABAIXO.
SE ESTA MARCAÇÃO NÃO FOR FEITA, SUA FOLHA NÃO SERÁ CORRIGIDA.



3 Escreva, no espaço apropriado da Folha de Resposta, com a sua caligrafia, a seguinte frase:

Acredite, sonhos se realizam.

4 Você deverá assinalar a Folha de Resposta, quando tiver certeza da alternativa escolhida para cada questão. Ao marcar a Folha de Resposta, utilize caneta azul ou preta e preencha a folha conforme o modelo a seguir.



5 Para cada uma das questões são apresentadas 4 (quatro) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde corretamente à pergunta. A marcação de mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMAS DAS RESPOSTAS ASSINALADAS ESTEJA CORRETA.**

6 Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer esta prova. Reserve, pelo menos, os 50 (cinquenta) minutos finais para marcar sua Folha de Resposta.

7 Somente será autorizada a saída dos primeiros candidatos, após decorridos 120 (cento e vinte) minutos do início da prova.

8 Os 3 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até que todos concluem a prova, ou que termine o tempo de duração da mesma, e deverão retirar-se juntos.

9 Para qualquer tipo de rascunho, é permitida apenas a utilização das folhas deste caderno.

10 Quando terminar, entregue ao fiscal a sua Folha de Resposta e este Caderno de Questões.

11 Você só poderá levar este Caderno de Questões, se a sua saída ocorrer 30 (trinta) minutos antes do término do horário da prova, ou seja, a partir de 12 h 30 min.

12 Se quiser anotar as suas respostas, destaque a última folha deste caderno. Você só pode utilizar este meio para anotá-las.

AMANHÃ, DIA 24/09/2018, APÓS AS 14H, ESTARÃO DISPONÍVEIS NO SITE DA FUNRIO (www.funrio.org.br) O GABARITO E O CADERNO DE QUESTÕES.

APÓS AS 14H DO DIA 05/10/2018, VOCÊ PODERÁ ACESSAR A IMAGEM DO SEU CARTÃO-RESPOSTA NO SITE DA FUNRIO (www.funrio.org.br).

Língua Portuguesa

TEXTO I

Relação com o consumidor: impactos das redes sociais no comportamento de consumo

Com a crescente popularização das redes sociais, diversos estudos sobre o impacto da conectividade no comportamento de indivíduos e de grupos têm surgido. Novos hábitos, preferências e formas de relacionamento surgem a cada dia, principalmente a partir do *boom* no uso dos *smartphones*.

Como não poderia ser diferente, as empresas têm enfrentado o desafio de se adequar às novas formas de se relacionar com os clientes, e, para isso, muitos pesquisadores estão investindo na compreensão sobre as formas de lidar com a inovação dos meios de comunicação.

Para entender a influência no comportamento de compra e consumo diante das mudanças proporcionadas pelo uso das redes sociais, conversamos com a Professora Sandra Salgado, que atualmente cursa seu Doutorado em Gestão de Informação no IMS – Information Management School, na Universidade Nova de Lisboa em coparticipação da ECA/USP.

Os consumidores na Era da Informação

De acordo com a especialista, a emergência das redes sociais tem transformado o modo como as pessoas lidam com a sociedade, baseando-se em um modelo de interligação e comunicação de todos para todos. Para se ter dimensão da força das redes, de acordo com uma pesquisa divulgada pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), em 2014, mais de um bilhão de pessoas já estava ativo nesse tipo de meio de comunicação. Assim, as empresas têm percebido cada vez mais a importância de utilizar as redes sociais como forma de se aproximar de seu público-alvo.

Os novos consumidores surfaram a onda da inovação digital, adotaram a conectividade, mergulharam na mobilidade, ganharam vozes diversas nas redes sociais e pediram uma nova forma de se relacionar com marcas, empresas, instituições, explica Sandra Salgado.

Com o brasileiro se mostrando cada vez mais participativo e conectado, esses novos hábitos acabaram afetando diretamente a forma com que as empresas têm se relacionado com os clientes e consumidores em potencial. Um ponto de grande destaque sobre o assunto é que a hiperconectividade e toda a facilidade com a qual as pessoas trocam informações atualmente tem feito com que as

tradicionais burocracias e demoras se tornem cada vez menos toleradas.

De acordo com Salgado, nesse contexto, as interações e soluções em 'real time' são cada vez mais exigidas das empresas, assim estas têm a chance, como nunca antes tiveram, de ouvir e participar das conversações com este novo consumidor. Há uma profusão de possibilidades e de informações que nunca foram tão acessíveis aos usuários e uma multiplicidade de canais de interação com os clientes tão numerosos quanto baratos. Essa é uma vantagem que precisa ser aproveitada para a construção de algo que faça sentido para a vida das pessoas e que mantenha, portanto, a solidez e a sustentação dos negócios ao longo do tempo.

A força da interação

Com toda a facilidade proporcionada pelas plataformas digitais, as redes sociais contribuem de forma bastante significativa na exposição das marcas, oferecendo, inclusive, uma oportunidade interessante para as empresas interessadas na pesquisa com os consumidores e usuários, uma importante forma de conhecer o seu público.

Segundo a pesquisa “Hábitos e comportamento dos usuários de redes sociais no Brasil”, da empresa de análise e interação da mídia gerada pelo consumidor E.life, as redes sociais foram o quarto canal mais utilizado pelos usuários para se comunicarem com as empresas: deles, 66,9% acompanham as páginas e perfis de empresas, produtos e serviços em redes sociais para terem atendimento on-line em caso de necessidade; 93,3% curtem páginas de empresas, produtos ou serviços no Facebook; 48,5% passaram a admirar mais as marcas depois de curtidas no Facebook, revela a entrevistada.

É fácil perceber como as redes sociais dão voz aos usuários. Já imaginou quantas informações são compartilhadas diariamente? E isso inclui a divulgação da experiência do público com produtos e serviços. Ora, com toda a atividade dos usuários nas redes sociais, não é de se surpreender o enorme impacto que as postagens têm para melhorar ou prejudicar a imagem de uma companhia, não é mesmo?

Sandra Salgado afirma que *os consumidores engajados em comunidades virtuais geralmente têm amplo conhecimento do produto e envolvem-se em discussões relacionadas a ele, além de apoiarem-se mutuamente na resolução de problemas e geração de ideias. Portanto, essas*

interações representam uma valiosa fonte de inovação para as empresas que buscam ampliar seu grau de competitividade inserindo as plataformas digitais como forma de obter um conjunto maior de informações sobre seus clientes/usuários.

Quem são os prosumers?

Algumas pesquisas internacionais têm falado sobre uma nova classe de consumidores que está emergindo: os chamados *prosumers*. No processo convencional de criação de valor para uma marca, a empresa e o consumidor tinham, anteriormente, claramente papéis distintos, de produção e consumo. Porém, o que se observa hoje, é que cada vez mais os consumidores estão se engajando na dupla tarefa de definir e criar valor. Ou seja, a experiência de cocriação do consumo tem se tornado a base do valor.

A opinião do público é difundida cada vez mais facilmente por meio de blogs, websites de relacionamento e outras formas de conectividade, aumentando a complexidade do contexto e dos fatores externos que influenciam os hábitos dos consumidores. Nessa direção, nota-se que consumidores estão agregando aprendizados e informações e cooperando para que as mudanças no mercado e no ambiente ocorram de forma mais eficiente.

A pesquisadora explica ainda que, durante anos, as empresas mantiveram uma relação unilateral com seu público, oferecendo produtos e serviços sem a preocupação de manter um diálogo aberto, postura essa que está sendo reavaliada diante de consumidores cada vez mais ativos, barulhentos e conectados socialmente. [...]

NEVES, Andressa. Relação com o consumidor: impactos das redes sociais no comportamento de consumo. *Canaltech*, 20 jun. 2016. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/redes-sociais-os-novos-comportamentos-de-compra-e-consumo-70329/>>. Acesso em: 27 jun. 2018. (Texto adaptado)

Questão 01

Com base no texto lido, as empresas têm enfrentado os desafios da inovação digital com o/a

- (A) distanciamento do público-alvo para análise de seu comportamento.
- (B) aproximação dos clientes conectados nas redes sociais.
- (C) investimento no relacionamento face a face com seus consumidores.
- (D) manutenção de velhas práticas utilizadas no relacionamento com seus clientes.

Questão 02

A rapidez nas interações pela internet transformou os consumidores em avaliadores de produtos e serviços e estabeleceu a urgência de novas práticas interacionais utilizadas pelas empresas.

Tomando como base essa afirmação, pode-se dizer que as redes sociais

- (A) demandaram maior interação entre empresa e clientes como forma de aproximação.
- (B) afetaram pouco o relacionamento das empresas com seus clientes.
- (C) dificultaram bastante as trocas de informações entre empresa e clientes.
- (D) contribuíram para incentivar a comunicação

Questão 03

A mudança no comportamento do consumidor em relação ao consumo de produtos e serviços influenciou o surgimento de novos hábitos.

Segundo o texto, assinale a consequência **CORRETA** dessa nova forma de relacionamento com as empresas.

- (A) o distanciamento das empresas gerou satisfação dos seus clientes.
- (B) a interação entre consumidores dificultou a resolução de problemas.
- (C) o impacto das redes sociais diminuiu a competitividade entre as empresas.
- (D) a conectividade criou novas formas de cooperação na disseminação.

Questão 04

Os usuários das redes sociais brasileiras desempenham atualmente novos papéis no relacionamento com as empresas.

No que concerne ao comportamento das redes sociais, é **CORRETO** afirmar que

- (A) as mídias digitais são secundárias na divulgação de produtos e serviços para uma empresa.
- (B) os usuários utilizam as plataformas digitais somente para interações e soluções de problemas pessoais.
- (C) os consumidores são responsáveis por grande parte da mudança no comportamento das empresas.
- (D) a comunicação entre empresa e consumidores tornou-se dispensável na resolução de problemas.

Questão 05

Segundo o texto lido, o comportamento do consumidor mudou com o impacto das redes sociais, fazendo com que as empresas reavaliassem suas posturas dialógicas em relação ao mercado.

Quanto ao consumo de produtos e serviços, é **CORRETO** afirmar que os consumidores são

(A) inexperientes na avaliação das empresas.
 (B) colaboradores na proposição de soluções.
 (C) convencionais na procura de informações.
 (D) conectados a velhos hábitos.

Questão 06

De acordo com o texto lido, os *prosumers* são consumidores que

(A) intervêm no mercado digital indiretamente, exercendo pouco poder de comunicação.
 (B) participam menos das redes digitais, dificultando a interação entre a empresa e o cliente.
 (C) possuem grande influência na imagem das empresas, contribuindo para mais eficiência.
 (D) recebem a mensagem dos meios de comunicação, limitando-se ao papel de receptor.

Questão 07

Na palavra *hiperconectividade* não ocorre o emprego do hífen.

De acordo com a Nova Ortografia, está corretamente escrito o termo

(A) hiper-hidratação.
 (B) hiper-sensibilidade.
 (C) hiper-esfera.
 (D) hiperrancoroso.

Questão 08

A palavra **em destaque** está corretamente classificada no seguinte fragmento do texto:

(A) [...] **muitos** pesquisadores estão investindo na compreensão sobre as formas de lidar com a inovação dos meios de comunicação. (advérbio)
 (B) Já imaginou **quantas** informações são compartilhadas diariamente? (pronome)
 (C) [...] as tradicionais burocracias e demoras se tornem cada vez **menos** toleradas. (pronome)
 (D) A opinião do público é difundida cada vez mais facilmente por **meio** de blogs [...] (advérbio)

Questão 09

No trecho *Há uma profusão de possibilidades e de informações que nunca foram tão **acessíveis** aos usuários [...]*, a função sintática exercida pelo termo em destaque é a de

(A) predicativo.
 (B) objeto indireto.
 (C) complemento nominal.
 (D) adjunto adnominal.

Questão 10

Neste fragmento [...] *as empresas têm enfrentado o desafio de se **adequar às novas formas** de se relacionar com os clientes [...]*, o acento indicativo da crase justifica-se, nesse caso, por

(A) estar diante de um adjetivo feminino.
 (B) fazer parte de uma locução prepositiva.
 (C) marcar a junção da preposição com o artigo definido.
 (D) indicar a contração da preposição com o pronome demonstrativo.

Questão 11

No trecho [...] *que mantenha, **portanto**, a solidez e a sustentação dos negócios ao longo do tempo*, o conector destacado pode ser substituído pelo seguinte, sem prejuízo de sentido:

(A) embora.
 (B) contanto que.
 (C) contudo.
 (D) por conseguinte.

Questão 12

A pesquisadora explica ainda *que, **durante anos**, as empresas mantiveram uma relação unilateral com seu público [...]*.

As vírgulas, nesse trecho destacado, são utilizadas para isolar uma/um

(A) expressão explicativa.
 (B) adjunto adverbial.
 (C) oração intercalada.
 (D) conjunção integrante.

Questão 13

Sandra Salgado afirma que os *consumidores engajados em comunidades virtuais geralmente têm amplo conhecimento do produto e envolvem-se em discussões relacionadas a ele [...]*.

O termo destacado pode ser classificado como

- (A) partícula apassivadora.
- (B) adjunto adverbial.
- (C) índice de indeterminação do sujeito.
- (D) objeto direto.

Questão 14

Neste trecho *Há uma profusão de possibilidades e de informações [...]*, se criarmos uma **outra** oração, substituindo o verbo haver pelo existir, é **CORRETO** afirmar que os verbos das duas orações

- (A) não possuem a mesma transitividade.
- (B) não possuem sujeito.
- (C) são impessoais.
- (D) ficam no singular.

Questão 15

A mesma transitividade verbal no seguinte fragmento: *E isso inclui a divulgação da experiência do público com produtos e serviços [...]*, **NÃO** pode ser observada em

- (A) *A opinião do público é difundida cada vez mais facilmente por meio de blogs [...]*.
- (B) *Os novos consumidores surfaram a onda da inovação digital [...]*.
- (C) *[...] os consumidores engajados em comunidades virtuais geralmente têm amplo conhecimento do produto.*
- (D) *[...] ganharam vozes diversas nas redes sociais [...]*.

Questão 16

Com a crescente popularização das redes sociais, **diversos** estudos sobre o impacto da conectividade no comportamento de indivíduos e de grupos têm surgido.

A palavra destacada corresponde, morfológicamente, a um

- (A) substantivo.
- (B) pronome.
- (C) adjetivo.
- (D) advérbio.

Questão 17

Observe o trecho seguinte [...] *as empresas mantiveram uma relação unilateral com seu público [...]*.

Se variássemos o tempo verbal, a alternativa **CORRETA** seria

- (A) manteram.
- (B) mantem.
- (C) mantinham.
- (D) mantiverão.

Questão 18

No processo convencional de criação de valor para uma marca, a empresa e o consumidor tinham, anteriormente, claramente **papéis** distintos, de produção e consumo.

Porém, o que se observa hoje, é que cada vez mais os consumidores estão se engajando na dupla tarefa de definir e criar valor.

Assinale a alternativa que relaciona as palavras que seguem, respectivamente, a mesma regra de acentuação gráfica das destacadas no trecho apresentado.

- (A) jóquei – além
- (B) herói – parabém
- (C) espécies – refém
- (D) pônei – harém

Questão 19

Há um termo sublinhado nos fragmentos a seguir que **NÃO** é um adjunto adnominal.

Ele se encontra na seguinte alternativa:

- (A) **Novos** hábitos, preferências e formas de relacionamento surgem a cada dia, principalmente a partir do *boom* no uso dos *smartphones*.
- (B) Sandra Salgado afirma que os *consumidores engajados em comunidades virtuais geralmente têm amplo conhecimento do produto [...]*.
- (C) A opinião **do público** é difundida cada vez mais facilmente por meio de blogs, websites de relacionamento e outras formas de conectividade [...].
- (D) Há uma profusão de possibilidades e de informações que nunca foram tão acessíveis **aos usuários** e uma multiplicidade de canais de interação [...].

Questão 20

Disponível em: <<http://www.tribunadaineternet.com.br/ler-com-calma-e-o-unico-caminho-para-combater-fake-news-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 15 ago.2018.

Nessa charge, pode-se afirmar que o jornalista deve

- (A) dissimular a atenção para o assunto da notícia.
- (B) preocupar-se com a notícia a ser veiculada.
- (C) transmitir de forma apressada uma notícia verdadeira.
- (D) noticiar algo abreviado para a população.

Regimento Interno**Questão 21**

A retirada de proposição poderá ser requerida pelo autor ao Presidente da Assembleia Legislativa e, em caso de Comissões, pelo relator ou pelo respectivo Presidente com a anuência da maioria de seus membros.

O requerimento de retirada pelo autor da proposição poderá ocorrer até

- (A) ser anunciada a sua discussão ou votação.
- (B) ser aprovada em sessão ordinária.
- (C) a publicação em diário oficial de sua aprovação.
- (D) o último dia útil da sessão legislativa.

Questão 22

Ocorrida a vacância da Mesa da Assembleia, após 30 de novembro do segundo ano do mandato, ela será preenchida mediante

- (A) eleição por quórum qualificado.
- (B) designação da mesa.
- (C) designação do governador.
- (D) eleição por quórum simples.

Questão 23

A atribuição de dar parecer sobre as emendas propostas ao Regimento Interno ou que visem modificar os serviços administrativos da casa é de competência

- (A) privativa do Presidente da Assembleia.
- (B) do governador.
- (C) das comissões.
- (D) da mesa diretora.

Questão 24

Em uma Sessão Ordinária, anunciada a matéria, o Deputado Luiz Eduardo, orador, após fazer uso da palavra, faz um requerimento para novo uso da palavra, fundamentando seu pedido na autoria da proposição.

Não havendo expressa disposição regimental sobre o tema, o requerimento será

- (A) indeferido; pois o deputado só poderá falar uma vez pelo prazo de 5 (cinco) minutos.
- (B) deferido; pois por ser autor da proposição, poderá falar mais de uma vez.
- (C) indeferido; pois o autor da proposição não pode fazer uso da palavra.
- (D) deferido; pois o deputado poderá falar quantas vezes quiser pelo prazo de 5 (cinco) minutos cada.

Questão 25

São espécies de Comissões temporárias, **EXCETO** as

- (A) Especiais.
- (B) de Ética.
- (C) de Inquérito.
- (D) de Representação.

Questão 26

Dirigirá os trabalhos de reunião conjunta de Comissões o Presidente mais idoso, exceto quando dela participar a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, cujo Presidente assumirá a direção dos trabalhos.

Na ausência dos Presidentes, a direção dos trabalhos caberá ao membro mais

- (A) votado da Assembleia.
- (B) idoso da Assembleia.
- (C) votado dos presentes.
- (D) idoso dos presentes.

Questão 27

Salvo as exceções regimentais, a Comissão deverá emitir parecer para as matérias de regime de urgência, a contar da remessa do Projeto, no prazo de

- (A) 10 dias.
- (B) 08 dias.
- (C) 06 dias.
- (D) 04 dias.

Questão 28

O Presidente da Assembleia convocará sessão secreta do plenário para apreciação de matéria determinada, quando houver requerimento do/da

- (A) bloco parlamentar.
- (B) líder de bancada.
- (C) comissão.
- (D) maioria dos membros.

Questão 29

A Consultoria Jurídica, em colaboração com a Mesa, terá por finalidade promover a defesa do Poder Legislativo, de seus órgãos e membros, quando atingidos em sua

- (A) honra perante a sociedade, em razão de exercício de atividades pessoais.
- (B) imagem em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais.
- (C) honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais.
- (D) imagem-atributo em razão de atividades pessoais.

Questão 30

A vaga, na Assembleia Legislativa, se dará por falecimento, renúncia ou perda de mandato. A renúncia ao mandato deve ser manifestada por escrito ao Presidente da Assembleia e se tornará efetiva e irreatável depois de lida no Pequeno Expediente e publicada no Diário da Assembleia.

Considera-se haver renunciado o deputado que

- (A) sendo suplente, for convocado para assumir sua vaga.
- (B) não prestar compromisso na forma e no prazo previsto no regimento.
- (C) falecer durante o mandato.
- (D) prestar compromisso na forma prevista.

Questão 31

O processo de votação poderá ser simbólico, nominal através de processo eletrônico ou ainda secreto, mediante processo eletrônico.

Será adotada a votação nominal no(s) seguinte(s) caso(s):

- (A) perda de mandato de Deputado.
- (B) julgamento de contas do Governador do Estado e do Tribunal de Contas.
- (C) exigência de quórum de maioria absoluta.
- (D) pedido de intervenção federal.

Questão 32

As Sessões da Assembleia legislativa são: preparatórias, ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e itinerantes.

As sessões Solenes e Especiais são realizadas

- (A) precedendo a instalação da legislatura.
- (B) para comemorações ou homenagens.
- (C) fora do recinto da sede do poder legislativo.
- (D) com qualquer número de deputados presentes.

Questão 33

Os debates na Assembleia se realizam com ordem e solenidade, não sendo permitido o uso da palavra sem que ela tenha sido concedida.

Havendo descumprimento ao Regimento no curso dos debates, o Presidente da Assembleia adotará determinadas providências, **EXCETO** a seguinte:

- (A) advertência.
- (B) suspensão do deputado.
- (C) cassação da palavra.
- (D) convite para o deputado retirar-se do plenário.

Questão 34

Aparte é a breve interrupção do orador relativamente à matéria em debate, com duração máxima de 2 (dois) minutos. Os apartes, as questões de ordem e os incidentes suscitados ou consentidos pelo orador serão computados no prazo que ele dispuser para seu pronunciamento.

NÃO será admitido aparte na seguinte situação:

- (A) no encaminhamento de votação.
- (B) às palavras do líder de bancada.
- (C) quando o orador declarar que a concede.
- (D) após a fala do orador.

Questão 35

A Sessão Plenária da Assembleia será transformada em Comissão Geral, sob a direção do Presidente da Assembleia, por proposta conjunta de Líderes, ou por seus membros, tendo quórum de

- (A) dois terços.
- (B) maioria simples.
- (C) maioria absoluta.
- (D) um terço.

Questão 36

Após as sessões ordinárias e extraordinárias serão lavradas duas atas: uma, em minúcias, para ser divulgada no Diário da Assembleia do Poder Legislativo; e outra, em relato sucinto, para ser lida e aprovada na sessão seguinte.

Na última sessão legislativa ordinária ou extraordinária, a ata será lavrada e submetida à apreciação do plenário com a presença de

- (A) maioria simples.
- (B) um terço dos deputados.
- (C) qualquer número de deputados.
- (D) maioria absoluta.

Questão 37

Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia e deve ser submetida aos seguintes regimes de tramitação:

- (A) prioridade, ordinária e extraordinária.
- (B) urgência, prioridade e ordinária.
- (C) ordinária, extraordinária e urgência.
- (D) prioridade, extraordinária e urgência.

Questão 38

A Mesa convocará suplente de Deputado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos casos de licença para

- (A) chefe de missão temporária em caráter diplomático.
- (B) tratamento de saúde familiar.
- (C) capacitação.
- (D) assuntos particulares.

Questão 39

Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria de caráter político, de competência privativa do Poder Legislativo, prescindindo da sanção do Governador. São ressalvados aqueles cujo quórum para aprovação é disciplinado em Lei específica.

Nesse caso, o projeto será aprovado por

- (A) um terço dos deputados.
- (B) maioria absoluta.
- (C) dois terços dos deputados.
- (D) maioria simples.

Questão 40

A modificativa que visa sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto é denominada

- (A) retificação de redação.
- (B) acerto de redação.
- (C) emenda de redação.
- (D) ratificação de redação.

Conhecimentos Específicos**Questão 41**

O Tribunal de Contas da União (TCU) é o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país, sendo responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

De acordo com o Artigo 73, §2º, II, da Constituição Federal de 1988, dois terços dos Ministros do TCU serão

- (A) escolhidos pelo Presidente da República.
- (B) indicados em lista tríplice do próprio Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- (C) escolhidos pelo Presidente da República, mediante aprovação do Senado Federal.
- (D) escolhidos pelo Congresso Nacional.

Questão 42

O ato administrativo é uma manifestação de vontade funcional apta a gerar efeitos jurídicos, produzida no exercício de função administrativa.

Os atos normativos e os atos não normativos são classificados quanto ao

- (A) destinatário.
- (B) conteúdo.
- (C) âmbito de aplicação.
- (D) número de partes.

Questão 43

Para desempenhar a função e a atividade administrativas estatais, são criadas estruturas organizacionais por meio da expressão Administração Pública.

Com relação à sua organização administrativa, analise as afirmações a seguir sobre Órgão público, considerando-as Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

- I. Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a criação e extinção de órgãos públicos.
- II. A Presidência da República é um órgão público.
- III. Órgão público é uma organização criada por lei.
- IV. São legítimas a transformação e a reengenharia de órgãos públicos por ato privativo do Chefe do Executivo, quando tais fatos administrativos se incluam no mero processo de organização da Administração Pública.

Então, a alternativa que contempla a sequência **CORRETA**, lida de cima para baixo, é a seguinte:

- (A) F V V V.
- (B) F V F F.
- (C) V V F V.
- (D) V V V F.

Questão 44

O ato administrativo editado no exercício de competência vinculada, por meio do qual a Administração Pública formalmente declara terem sido preenchidos os requisitos legais exigidos, e que constitui o direito de um particular ao exercício de uma profissão ou atividade privada determinadas, é reconhecido como

- (A) autorização.
- (B) permissão.
- (C) concessão.
- (D) licença.

Questão 45

O Presidente da República pode perder o cargo em virtude de condenação pela prática de crime de responsabilidade ou por crime comum. A Constituição estabelece regras processuais diferenciadas para o seu processamento, conforme se vê no Artigo 86 da referida Carta Magna. Esse processo somente será instaurado se for acolhido por dois terços da Câmara dos Deputados.

Admitida a acusação, pelo crime comum, o Presidente será submetido a julgamento perante o / a

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Senado Federal.
- (C) Câmara dos Deputados.
- (D) Tribunal de Justiça.

Questão 46

Se o servidor público frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, segundo a Lei Federal Nº 8.666/93, ele estará incorrendo em crime contra a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Esse delito está tipificado na referida norma com pena de multa, e de detenção de

- (A) 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.
- (B) 3 (três) a 6 (seis) anos.
- (C) 2 (dois) a 3 (três) anos.
- (D) 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Questão 47

O Decreto Federal Nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) previsto no Art. 15 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O referido Sistema é um conjunto de procedimentos para o registro formal de preços, com objetivo de contratações futuras por parte da Administração Pública.

Sobre o SRP, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o SRP poderá ser adotado quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.
- (B) a licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei Nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei Nº 10.520, de 2002.
- (C) na licitação para registro de preços é necessário indicar a dotação orçamentária.
- (D) o prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações.

Questão 48

Na Administração Pública, várias são as formas de provimento, todas dependentes de um ato administrativo de formalização.

Diante dessa afirmativa, analise estas formas de provimento, considerando-as Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

- I. remoção
- II. reversão
- III. readaptação
- IV. recondução

Então, a alternativa que contempla a sequência **CORRETA**, lida de cima para baixo, é a seguinte:

- (A) F V V V.
- (B) V F V F.
- (C) F F V V.
- (D) V V F F.

Questão 49

Para assegurar o cumprimento do contrato, a critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida determinada garantia da parte contratada.

Caberá ao Contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I. Seguro-garantia.
- II. Fiança bancária.
- III. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Logo, a alternativa que contempla plenamente todas as afirmações corretas é a seguinte:

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I.
- (D) I e III.

Questão 50

Sobre a Lei Nº 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa, analise as afirmações a seguir, considerando-as Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

- I. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- II. Será punido com a pena de suspensão, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- III. A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.
- IV. Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento é considerado ato de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Então, a alternativa que contempla a sequência **CORRETA**, lida de cima para baixo, é a seguinte:

- (A) V V F V.
- (B) F V F V.
- (C) V F V F.
- (D) F V V V.

Questão 51

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante

- (A) consulta prévia das populações diretamente envolvidas, mediante plebiscito e Lei Complementar federal.
- (B) elaboração e divulgação dos estudos de viabilidade e Lei ordinária federal.
- (C) consulta da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por Lei Complementar.
- (D) aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por Lei Complementar.

Questão 52

Intimado a depor em uma CPMI do Congresso Nacional, José, empresário do ramo de publicidade, ingressou com uma demanda junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e conseguiu uma liminar que lhe garantia permanecer sem responder aos questionamentos dos parlamentares. José compareceu à sessão e entregou o documento que ele chamou de *salvo conduto*.

Considerando ser esse o nome popular do instrumento, o **CORRETO** é que José do conseguiu uma liminar em

- (A) *habeas-corpus* preventivo.
- (B) mandado de segurança preventivo.
- (C) mandado de segurança.
- (D) *habeas-data*.

Questão 53

Observando que o processo legislativo federal brasileiro é litúrgico, o certo é que as leis devem cumprir todos os requisitos formais para sua criação, sob pena de serem normas formalmente inconstitucionais.

Assim, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada uma das casas e de suas comissões serão tomadas por

- (A) maioria absoluta de votos, presente a maioria de seus membros.
- (B) maioria absoluta de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- (C) maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- (D) 3/5 dos membros, presente a maioria absoluta de seus membros.

Questão 54

Segundo a CRFB, os magistrados, preenchidos os requisitos próprios da carreira, não se submeterão à remoção, salvo por motivo de interesse público, na forma do Art. 93, VIII.

Essa garantia, conferida aos magistrados, recebe o nome de

- (A) irredutibilidade.
- (B) inamovibilidade.
- (C) imperatividade.
- (D) não circulação.

Questão 55

O controle de constitucionalidade concentrado das leis, regido pela CRFB e regulamentado por leis próprias, possui regras processuais que lhe são únicas.

Logo, essa modalidade de controle da constitucionalidade

- (A) conta com uma única modalidade de intervenção de terceiros, quando da atuação do *amicus curiae*.
- (B) conta com a figura interventiva do *amicus curiae*, sempre que requerido pela parte autora.
- (C) conta com as modalidades de intervenção de terceiros, desde que o terceiro demonstre o interesse na decisão.
- (D) não conta com nenhuma modalidade de intervenção de terceiros.

Questão 56

O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta.

Sendo esta a súmula vinculante, a mesma será aprovada pelos membros do STF, dependendo do voto

- (A) de 2/3 dos membros.
- (B) de 3/5 dos membros.
- (C) monocrático de qualquer ministro.
- (D) unânime dos membros.

Questão 57

Observando que o legislador constituinte originário promoveu a repartição constitucional de competências, segundo o princípio da predominância ou preponderância do maior interesse, a competência para exploração dos serviços de gás canalizado restou a/à

- (A) estados membros.
- (B) União.
- (C) municípios.
- (D) todos os entes federativos na forma da lei.

Questão 58

Segundo a CRFB, o período de 4 anos em que se exerce um mandato legislativo é denominado de

- (A) sessão legislativa.
- (B) mandato legislativo.
- (C) legislatura.
- (D) interstício legislativo.

Questão 59

Sendo a saúde um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

À União caberá a aplicação de recursos da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, na ordem do mínimo de

- (A) 20%.
- (B) 15%.
- (C) 12%.
- (D) 10%.

Questão 60

O prefeito do município de Águas Limpas pretende aprovar um Projeto de Lei que tem por objetivo albergar imigrantes estrangeiros de regiões fronteiriças com Brasil, que vieram em busca de melhores condições de vida.

Sobre o caso apresentado, é **CORRETO** afirmar que o prefeito

- (A) só poderá fazê-lo com autorização do estado correspondente ao município de Águas Limpas, respeitando o princípio da simetria.
- (B) poderá aprovar a lei, desde que haja maioria absoluta na câmara, já que ele versa sobre questões humanitárias.
- (C) não poderá aprovar tal legislação, pois se trata de competência privativa do Estado.
- (D) do município não poderá legislar sobre o tema emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros.

Questão 61

De acordo com o Código de Processo Civil, compete exclusivamente à autoridade judiciária brasileira, conhecer de ações

- (A) relativas a imóveis situados no Brasil e nas ações de divórcio proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.
- (B) relativas a imóveis situados no Brasil e nas ações de divórcio proceder à partilha de bens situados no Brasil, exceto quando o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.
- (C) de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil e nas ações de separação judicial proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.
- (D) de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil e nas ações de separação judicial proceder à partilha de bens situados no Brasil, exceto quando o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

Questão 62

De acordo com o Código de Processo Civil, considera-se proposta a ação, quando a petição inicial for protocolada.

Então, é **CORRETO** afirmar que

- (A) o autor poderá instruir a petição inicial com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- (B) em qualquer hipótese, a petição inicial será indeferida, quando o pedido for indeterminado.
- (C) indeferida a petição inicial, o autor poderá apresentar agravo de instrumento contra sentença proferida e o juiz não poderá se retratar.
- (D) caso não disponha das informações do réu, o autor poderá, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias à sua obtenção.

Questão 63

Com base no Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Entretanto, a revelia **NÃO** produzirá o efeito mencionado quando

- I. havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
- II. o litígio versar sobre direitos disponíveis.
- III. a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- IV. as alegações de fato formuladas pelo autor estiverem em consonância com prova constante dos autos.

A alternativa que contempla todas as afirmações **CORRETAS** é a seguinte:

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II, III e IV.

Questão 64

De acordo com o Código de Processo Civil, é cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver

- (A) a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- (B) a possibilidade de efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou a possibilidade de risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- (C) simultaneamente, a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- (D) a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão de fato e de direito e risco de ofensa à segurança jurídica.

Questão 65

Segundo o Código de Processo Civil, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos artigos 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

Então, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A homologação da desistência da ação é uma decisão definitiva e a verificação da ausência ou de interesse processual é terminativa.
- (B) O acolhimento da alegação de existência de convenção de arbitragem é uma decisão definitiva e a homologação da renúncia à pretensão formulada na ação é uma decisão definitiva.
- (C) A homologação da desistência da ação é uma decisão definitiva e a homologação da renúncia à pretensão formulada na ação é uma decisão terminativa.
- (D) A homologação da desistência da ação é uma decisão terminativa e a homologação da renúncia à pretensão formulada na ação é uma decisão definitiva.

Questão 66

A tutela jurisdicional executiva busca a satisfação do direito já acertado ou definido em título judicial ou extrajudicial.

Assinale a alternativa que contenha somente títulos executivos judiciais.

- (A) a sentença arbitral e a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.
- (B) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal e o formal e a certidão de partilha.
- (C) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União e a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) a debênture e a sentença penal condenatória transitada em julgado.

Questão 67

De acordo com o Código de Processo Civil, as tutelas jurisdicionais provisórias serão concedidas pelo magistrado, utilizando o juízo de cognição sumária, e serão de duas espécies: de urgência e de evidência.

Portanto, pode-se afirmar que a tutela

- (A) cautelar requerida em juízo, em caráter antecedente, seguirá em processo autônomo.
- (B) de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- (C) da evidência será concedida quando houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito.
- (D) da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa.

Questão 68

De acordo com o Código de Processo Civil, as partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Assinale a alternativa **INCORRETA**, referente à produção de prova pelas partes.

- (A) A parte não é obrigada a depor sobre fatos acerca dos quais não possa responder sem desonra própria, de seu cônjuge.
- (B) Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge ou companheiro não valerá sem a do outro, salvo se o regime de casamento for o de separação absoluta de bens.
- (C) Não é admissível à parte provar com testemunhas nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.
- (D) Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto o colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade.

Questão 69

Segundo Luis Emygdio da Rosa Júnior, *O cheque é o título cambiário abstrato, formal, resultante de uma mera declaração unilateral de vontade, pelo qual uma pessoa, designada emitente ou sacador, com base em prévia e disponível provisão de fundos em poder do banco ou instituição financeira a ele assemelhada por Lei, denominado sacado, dá contra o banco, em decorrência de convenção expressa ou tácita, uma ordem incondicional de pagamento à vista, em seu próprio benefício ou em favor de terceiro, intitulado tomador ou beneficiário, nas condições estabelecidas no título.*

Ocorre que, em nossa prática mercantil, utilizamos o cheque pós-datado, vulgarmente chamado de cheque pré-datado, utilizado para postergar a apresentação do título para compensação.

Diante do apresentado em relação ao cheque pós-datado e levando-se em consideração o Direito das Obrigações, pode-se afirmar que o

- (A) sacador tem obrigação facultativa, pois poderá ou não ter fundos disponíveis em conta-corrente para o cumprimento da obrigação.
- (B) sacador tem obrigação de fazer, caracterizada pelo compromisso de dispor fundos em conta-corrente para compensação do cheque na data pactuada pelas partes.
- (C) tomador tem obrigação de fazer caracterizada pelo compromisso de abster-se em depositar o título antes da data pactuada para depósito.
- (D) sacado e o tomador possuem obrigação de dar coisa incerta, tendo em vista que o sacador poderá ou não cumprir sua parte na relação jurídica pactuada.

Questão 70

Sabe-se que o termo *pessoa jurídica* expressa um ente detentor de direitos e obrigações.

Sendo assim, em relação ao nascimento da personalidade jurídica de uma sociedade é **CORRETO** afirmar que, para adquirir personalidade jurídica, ela deve ter seu ato constitutivo,

- (A) (contrato social), registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, se sociedade simples.
- (B) (sempre contrato social), arquivado na Junta Comercial, se sociedade empresária.
- (C) (estatuto social), arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, se sociedade simples.
- (D) (contrato social ou estatuto social), arquivado no Cartório de Títulos e Documentos, se sociedade empresária.

Questão 71

Com o nascimento da personalidade jurídica de uma sociedade, vislumbrando de imediato a separação patrimonial, ou seja, que o patrimônio dos sócios é distinto do patrimônio da sociedade. O Art. 50 do Código Civil em vigor preceitua: *Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.*

Em relação à Teoria da desconsideração da personalidade jurídica, a alternativa que representa o seu objetivo é a seguinte:

- (A) tornar ineficazes todos os atos praticados pela sociedade, seja a mesma empresária ou simples.
- (B) provocar a entrada da sociedade na primeira fase de extinção da pessoa jurídica, e conseqüentemente sua permanência apenas para ultimar compromissos anteriormente pactuados.
- (C) alterar o centro de imputação, não considerando os efeitos da personificação.
- (D) forçar a anulação da constituição da pessoa jurídica.

Questão 72

L.R.S, casado, 50 anos, engenheiro, pactuou com W.R.M, solteiro, 32 anos, autônomo, um contrato de Locação de Imóvel Residencial pelo prazo de 30 (trinta) meses.

Tendo como direcionamento a classificação das obrigações reciprocamente consideradas, o contrato celebrado entre as partes constitui uma obrigação

- (A) periódica.
- (B) principal.
- (C) divisível.
- (D) acessória.

Questão 73

A Lei Nº 11.101/2005 é uma legislação rica em Princípios Jurídicos, e seu Art. 47 menciona *A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.*

No dispositivo legal transcrito, verificam-se enfatizados os seguintes Princípios Jurídicos:

- (A) preservação da empresa e viabilidade econômica.
- (B) proteção aos trabalhadores e preservação da empresa.
- (C) desburocratização e viabilidade econômica.
- (D) preservação da empresa e participação ativa dos credores.

Questão 74

A falência tem como natureza jurídica ser uma execução coletiva.

À luz da Lei Nº 11.101/2005, esse instituto se caracteriza, quando o empresário

- (A) conceder garantia real a algum credor, por dívida contraída anteriormente ainda que restem bens livres e desembaraçados suficientes para saudar as obrigações de todo seu passivo.
- (B) tiver realizado o trespassse com anuência dos credores.
- (C) deixar de pagar no vencimento obrigação líquida, materializada em títulos ou títulos executivos protestados, em que o somatório supere o equivalente a 40 salários mínimos.
- (D) convocar seus credores, objetivando prorrogação de prazo para pagamento das dívidas.

Questão 75

Aldo, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, subtraiu para si dois computadores e duas impressoras pertencentes ao órgão no qual trabalha. Para tanto, contou com a ajuda de Maurício, que trabalhava como *Personal Trainer* e desconhecia a condição de servidor público de Aldo.

Diante do apresentado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Aldo e Maurício cometeram crime de furto contra a administração Pública, previsto na Lei Nº 13.704/2018.
- (B) Aldo cometeu crime de Peculato e Maurício cometeu crime de Furto.
- (C) Aldo e Maurício cometeram crime de Peculato, pois apesar de Maurício não ser servidor público, praticou o crime em concurso de pessoas com Aldo.
- (D) Aldo cometeu crime de Apropriação indébita e Maurício cometeu crime de furto.

Questão 76

Sobre os crimes de responsabilidade, é **CORRETO** afirmar que, quando cometidos por

- (A) chefe do poder executivo, são sempre infrações político-administrativas puníveis com perda do cargo.
- (B) Presidente da República, estão sujeitos à pena de três meses a três anos.
- (C) prefeito, não se confundem com os crimes comuns, de modo que não se aplicam as normas de Direito Penal.
- (D) prefeito, são uma infração penal e ele será julgado pelo poder judiciário.

Questão 77

Sobre o Código Eleitoral, é **CORRETO** afirmar que os/o

- (A) juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por três anos, e nunca por mais de dois triênios consecutivos.
- (B) Tribunal Superior Eleitoral elegerá para seu presidente um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, cabendo ao outro a vice-presidência, e para Corregedor Geral da Justiça Eleitoral, um dos seus membros.
- (C) o eleitor que não votar e não pagar a multa, se se encontrar fora de sua zona e necessitar documento de quitação com a Justiça Eleitoral, poderá efetuar o pagamento perante o Juízo da zona em que estiver.
- (D) Tribunais Regionais deliberam por maioria absoluta de votos, em sessão pública, com a presença da maioria simples de seus membros.

Questão 78

Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até às dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

Assim, o pedido de registro deverá conter, obrigatoriamente, um dos seguintes documentos:

- (A) certidão de quitação eleitoral.
- (B) certificado de reservista.
- (C) passaporte.
- (D) certificado de conclusão do Ensino Médio.

Questão 79

São inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos seguintes crimes:

- I. contra o meio ambiente e a saúde pública
- II. de redução à condição análoga à de escravo
- III. contra a vida e a dignidade sexual

Então, assinale a alternativa que contempla plenamente todos os itens **CORRETOS**.

- (A) I e II
- (B) I, II e III
- (C) II
- (D) II e III

Questão 80

A respeito dos partidos políticos e a previsão constitucional, pode-se afirmar que

- (A) os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.
- (B) os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio, à televisão e à internet, na forma da lei.
- (C) é permitida, em caráter excepcional, a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.
- (D) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

Questão 81

Jimmy é americano, naturalizado brasileiro, residente na cidade de Ourinhos, interior do Brasil, onde exerce o mandato de vereador. Contudo, sua naturalização foi cancelada por sentença transitada em julgado.

Nesse caso, pode-se afirmar que Jimmy terá

- (A) nenhum prejuízo, pois é detentor de prerrogativa de foro.
- (B) seus direitos políticos cassados, implicando perda ou suspensão do mandato.
- (C) seus direitos políticos interrompidos temporariamente.
- (D) seus direitos políticos intocáveis, pois é vedada a cassação dos mesmos.

Questão 82

São legitimados ativos para propor recurso contra a Diplomação, **EXCETO**

- (A) os partidos políticos.
- (B) o Ministério Público.
- (C) o eleitor.
- (D) as coligações.

Questão 83

Configura-se crime eleitoral, previsto com pena de reclusão de 03 (três) a 05 (cinco) anos,

- (A) efetuar a mesa receptora a contagem dos votos da urna, quando eleitor houver votado sob impugnação.
- (B) violar ou tentar violar o sigilo da urna ou invólucros.
- (C) subscrever o eleitor mais de uma ficha de registro de um ou mais partidos.
- (D) violar ou tentar violar o sigilo do voto.

Questão 84

Conforme entendimento do TSE, nos autos do Recurso Especial Eleitoral Nº 2. 939/2012, pode-se afirmar que

- (A) o partido ou coligação, ao preencher as cotas de gênero, pode na ausência de candidatas do sexo feminino, completar com os de sexo masculino.
- (B) os percentuais poderão ser alterados pelo estatuto do partido para se adequar à realidade de cada região.
- (C) deverá ser reduzido o número de vagas do sexo masculino para atender à norma legal.
- (D) a fim de manter a igualdade de gênero, ficou decidido no referido recurso que deveria ser observado o percentual em igualdade de proporções.

Questão 85

Um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal está na aplicação do princípio da máxima arrecadação das receitas que deve ser cumprido pela efetiva instituição e arrecadação dos impostos inseridos na competência tributária de cada ente da federação. O descumprimento desse princípio autoriza a suspensão de algumas transferências de recursos.

Nesse caso, a (s) suspensão (ões) possível (eis) corresponde(m) a transferências

- (A) voluntárias, desde que não sejam destinadas à educação, saúde e assistência social.
- (B) voluntárias e as decorrentes de transferência de arrecadação da receita dos impostos.
- (C) compulsórias, quando classificadas como de auxílio, cooperação ou assistência.
- (D) de capital, determinadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Questão 86

Considerando as disposições constitucionais relativas ao ICMS, pode-se afirmar que

- (A) uma Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, internas, interestaduais e de exportação.
- (B) o direito ao crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes é garantido, ainda que a saída da mercadoria seja isenta ou não tributada.
- (C) a mercadoria importada do exterior está imune ao ICMS, em qualquer hipótese, segundo Resolução do Senado Federal.
- (D) não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

Questão 87

Quanto ao processo tributário, é CORRETO afirmar que

- (A) Pode haver o redirecionamento da execução fiscal para os sócios da pessoa jurídica executada, quando seus bens forem insuficientes para a satisfação do crédito tributário.
- (B) É cabível o ajuizamento de Medida Cautelar fiscal contra o contribuinte que, apesar de ter domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando elidir o adimplemento da obrigação.
- (C) Em sede de execução fiscal, se for comunicado ao juízo a morte do executado, pode o procurador da Fazenda Pública requerer a substituição da CDA e o prosseguimento do feito.
- (D) A dissolução irregular da pessoa jurídica não autoriza o redirecionamento da execução fiscal por não caracterizar infração à Lei.

Questão 88

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os tributos declarados e pagos fora do prazo, desde que não tenha sido iniciado nenhum procedimento fiscal, podem ser quitados sem a incidência de multa em razão da denúncia espontânea.
- (B) O contribuinte pode obter a suspensão da exigibilidade do crédito tributário com o oferecimento de carta fiança em juízo.
- (C) A isenção e a moratória, quando concedida sob condições, geram direito adquirido para o contribuinte que obteve tais benefícios.
- (D) A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

Questão 89

São causas de extinção do crédito tributário, a

- (A) moratória concedida em situações de calamidade pública e a transação.
- (B) prescrição intercorrente ocorrida nos processos administrativos fiscais e a remissão.
- (C) decadência e os efeitos decorrentes da ação de consignação em pagamento.
- (D) dação em pagamento de bem móvel, desde que previsto em Lei e o depósito do valor integral.

Questão 90

No tocante às garantias e aos privilégios do crédito tributário, é **CORRETO** afirmar que

- (A) é possível aos Estados membros requerer a falência do contribuinte inadimplente.
- (B) não é possível que o Fisco obtenha informações bancárias sem autorização judiciária.
- (C) os estados podem protestar CDA – Certidão da Dívida Ativa.
- (D) o Fisco Estadual deve guardar sigilo sobre os contribuintes inscritos em Dívida Ativa.

Questão 91

Analisar as seguintes assertivas sobre a Seguridade Social, à luz da **CRFB/8**:

- I. Considerando o princípio da livre associação previsto no *caput* do Art. 8º, um trabalhador poderá optar por não estar vinculado a qualquer regime de Previdência Social.
- II. A Seguridade Social será organizada com caráter descentralizado e democrático de administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores e Governo.
- III. As contribuições sociais sobre a receita de concurso de prognósticos, o lucro do empregador e a aposentadoria concedida pelo regime geral de previdência social de que trata o Art. 201, constituem forma de financiamento da Seguridade Social.
- IV. A Saúde, parte integrante da Seguridade Social, deve ser garantida a todos mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Analisadas essas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**, considerando-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- (A) V V F V
- (B) V F V F
- (C) F F V V
- (D) F F F V

Questão 92

Guilherme trabalhou como empregado celetista em uma lanchonete por 5 anos. Após, foi aprovado em concurso público no cargo efetivo de Analista de um município que possui regime próprio de previdência social. Guilherme trabalhou neste cargo por 12 anos. Depois disso, Guilherme foi aprovado em outro concurso público para o cargo de Oficial de Justiça de um Estado da Federação, que também possui regime próprio de previdência social, onde permaneceu trabalhando até sua aposentadoria compulsória.

Considerando a situação-problema apresentada, analise as seguintes assertivas:

- I. Guilherme poderá averbar junto ao Regime Próprio sob o qual se aposentou, o tempo de contribuição dos períodos em que trabalhou na lanchonete e no cargo de Analista.
- II. Guilherme será aposentado com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- III. O Estado que concedeu a aposentadoria a Guilherme deverá requerer a compensação financeira ao Regime Próprio do município e também ao INSS referente ao tempo de contribuição trabalhado na lanchonete.
- IV. Após a sua aposentadoria, Guilherme poderá fazer prova para outro concurso de cargo efetivo do Estado onde se aposentou.

Então, assinale a alternativa que contempla plenamente todas as afirmações **CORRETAS**.

- (A) I, II
- (B) I e IV
- (C) II, III e IV
- (D) I, II e IV

Questão 93

Considerando a Legislação Previdenciária do Estado de Roraima (Lei Complementar Estadual Nº. 054/2001), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Beneficiário é a pessoa que, na qualidade de dependente de participante, pode exigir o gozo de benefício especificado na Lei Complementar Estadual n. 054/2001.
- (B) O dependente inválido maior de 21 anos perde a qualidade de beneficiário, quando cessada a sua invalidez.
- (C) Será devido auxílio-doença ao participante que, após cumprida, quando for o caso, a carência exigida, sofrer acidente de qualquer natureza.
- (D) O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, desde que comprove dependência econômica e financeiramente do participante, é considerado beneficiário do Regime Próprio de Previdência Estadual.

Questão 94

Com base na Legislação Previdenciária do Estado de Roraima (Lei Complementar Estadual Nº 054/2001), analise as seguintes assertivas:

- I. São participantes obrigatórios do Regime Próprio de Previdência Estadual os militares ativos ou da reserva remunerada e os reformados.
- II. Índice atuarial é o indicador econômico adotado na definição e elaboração do plano de custeio para atualização monetária das suas exigibilidades.
- III. É possível a criação ou assunção de benefícios sem o anterior ajuste do plano de custeio e a prévia integralização de reservas para benefícios concedidos.
- IV. Será assegurado o acesso do participante às informações relativas à gestão do Regime Próprio de Previdência Estadual somente mediante decisão administrativa da autoridade competente ou por decisão judicial.
- V. A justificação administrativa constitui recurso utilizado para suprir a falta ou insuficiência de documento ou produzir prova de fato ou circunstância de interesse dos participantes ou beneficiários, perante o Instituto de Previdência do Estado de Roraima IPER, e somente produzirá efeito, quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.

Após a análise, assinale a alternativa que contempla plenamente todas as afirmações **CORRETAS**.

- (A) III e IV
- (B) I, II e V
- (C) I e V
- (D) I, II, IV e V

Questão 95

Dentro do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do estado de Roraima, na forma da Lei Complementar Nº 53/01, pode-se afirmar que o concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado,

- (A) após decorrido o prazo, uma única vez, por igual período, a critério da administração.
- (B) dentro deste prazo, uma única vez, por igual período, a critério da administração, por lei estadual.
- (C) de cada vez, desde que ainda válido, por igual período, a critério da administração.
- (D) dentro deste prazo, uma única vez, por igual período, a critério da administração.

Questão 96

No tocante ao poder legislativo no estado de Roraima, é **CORRETO** afirmar que o número de Deputados Estaduais corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número de

- (A) 36 (trinta e seis), será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- (B) 35 (trinta e cinco), será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- (C) 30 (trinta), será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- (D) 25 (vinte e cinco), será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

Questão 97

Segundo a Lei Complementar Nº 53/01, é requisito básico para investidura em cargo público, **EXCETO**

- (A) estar no gozo dos direitos políticos.
- (B) ser de naturalização brasileira.
- (C) estar quite com as obrigações militares e eleitorais.
- (D) possuir nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

Questão 98

Considerando o Regime Jurídico Único e o Plano de Carreira dos Servidores Estaduais e Municipais do estado de Roraima, conforme a constituição do estado, os

- (A) acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- (B) acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- (C) vencimentos dos cargos dos Poderes Legislativo e Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, desde que essa previsão conste em lei própria.
- (D) membros do poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas ficaram dispensados da publicação anual dos valores do subsídio e da remuneração de seus cargos públicos.

Questão 99

Sobre a atuação da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do estado de Roraima, nos termos da Resolução Legislativa N° 013/17/ALE-RR, compete aos procuradores

- (A) manifestar-se, em todos os casos, conclusivamente, sobre as divergências jurídicas entre quaisquer órgãos da Assembleia Legislativa.
- (B) manifestar-se, quando solicitado, conclusivamente, sobre as divergências jurídicas entre quaisquer órgãos da Assembleia Legislativa.
- (C) decidir, quando solicitado, sobre as divergências jurídicas entre quaisquer órgãos da Assembleia Legislativa.
- (D) decidir, em todos os casos, sobre as divergências jurídicas entre quaisquer órgãos da Assembleia Legislativa.

Questão 100

Nos casos de impedimento e ausência, segundo a Resolução Legislativa N° 013/17/ALE-RR, substituir o Procurador Geral compete ao

- (A) Subprocurador Geral.
- (B) Corregedor Geral da Procuradoria.
- (C) Procurador Geral Adjunto.
- (D) Procurador Geral Suplente.

Anote no quadro abaixo suas respostas e destaque esta folha do Caderno de Questões. Esta folha é sua!

Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10

Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20

Q21	Q22	Q23	Q24	Q25	Q26	Q27	Q28	Q29	Q30

Q31	Q32	Q33	Q34	Q35	Q36	Q37	Q38	Q39	Q40

Q41	Q42	Q43	Q44	Q45	Q46	Q47	Q48	Q49	Q50

Q51	Q52	Q53	Q54	Q55	Q56	Q57	Q58	Q59	Q60

Q61	Q62	Q63	Q64	Q65	Q66	Q67	Q68	Q69	Q70

Q71	Q72	Q73	Q74	Q75	Q76	Q77	Q78	Q79	Q80

Q81	Q82	Q83	Q84	Q85	Q86	Q87	Q88	Q89	Q90

Q91	Q92	Q93	Q94	Q95	Q96	Q97	Q98	Q99	Q100